

24/11/2016 - 05:00

Prosperidade compartilhada

Por José Eli da Veiga



Quais políticas podem ser adotadas por governos pressionados a reduzir desigualdades sociais? É raro que esse tipo de urgência se produza, muito embora tão nobre objetivo brilhe nos ideários de quase dez entre dez grupos de pressão. Na prática eles são sempre muito mais propensos a alavancar mesquinhos interesses corporativistas.

Ainda assim, a pergunta exige atenção porque finalmente esse tema entrou na pauta da governança global. A Declaração do Milênio, de 2001, só incluía entre seus oito objetivos a "igualdade entre os sexos" (ODM-3). Agora a

Agenda 2030 ambiciona reduzir desigualdades decorrentes de: "idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra" (ODS-10).

Já está convencionado, também, que esse imenso desafio será monitorado pela evolução, em cada país, das condições de vida de seus 40% habitantes menos favorecidos. Pois o medidor de desigualdade social que mais se legitimou nos últimos tempos foi o que controla o grau de defasagem entre as condições desses "bottom 40" e as da média de seus conterrâneos. Ele indiretamente compara a situação dos quarenta de baixo à dos sessenta de cima, em vez de contrastá-la à dos "top 10", ou mesmo dos "top 1", último grito da moda. Em síntese, quando a melhoria dos quatro andares de baixo supera a da média de todo o edifício, diz-se que houve ganho de "prosperidade compartilhada".

Nada é mais radical do que programas que permitam aos pais cuidar bem dos filhos, do aleitamento à pré-escola

Por incrível que pareça, não foram poucas as nações que obtiveram esse ganho, mesmo em plena conjuntura de vacas magras gerada pela crise financeira global de 2007/2008. Isso ocorreu em 60% dos casos observados: em 56 das 94 nações para as quais a ONU dispõe de bons dados estatísticos; e em 49 dos 83 países acompanhados pelo Banco Mundial, nos quais residem 75% da população global.

Como as possibilidades de se atingir as metas da Agenda 2030 serão imensamente facilitadas se muitos mais países tiverem ganhos de prosperidade compartilhada, nada pode ser mais crucial do que tentar responder à pergunta que abre esta coluna: quais políticas reduzem desigualdades?

As evidências não são robustas o suficiente para que as várias iniciativas governamentais conhecidas possam ser hierarquizadas por eficácia. Mas tudo indica que as de maior impacto imediato também são as de mais difícil viabilização política.

A começar, é óbvio, por um sistema tributário efetivamente progressivo. É pena que reformas do gênero só emplaquem em momentos muito especiais, como foram os da redemocratização chilena e o do fim do apartheid sul-africano. Nos últimos cinquenta anos, só essas duas foram comparáveis às empreendidas muito antes em nações que hoje estão entre as mais desenvolvidas. Fora de rupturas de regime, tende a largamente prevalecer a perversidade das pressões corporativistas.

Outra política de rápido impacto é a transferência monetária condicionada ("CCTs: conditional cash transfers"). Parece ser um pouco mais factível, pois há cinco exemplos. Por ordem crescente de desempenho na redução de desigualdades: 1- em Bangladesh, o "Estipêndio para alunos do primário"; 2- na Colômbia, o "Famílias em Ação"; 3- no Brasil, o "Bolsa Família";

4 - no México, o "Prospera"; e 5 - nas Filipinas, o "4P".

Outras políticas redutoras de desigualdades têm menos efeitos imediatos, mas eles são mais permanentes e profundos, porque voltados ao acúmulo de capital humano, via ampliação do acesso à saúde e à educação. Mas, muita atenção: com grande prioridade à primeira infância.

Cada vez mais evidências confirmam que nada é mais radical para a prosperidade compartilhada do que programas governamentais capazes de fazer com que os pais possam cuidar bem de seus rebentos, desde o aleitamento materno até a frequência de boa pré-escola, passando, claro, por alimentação saudável. É o que se consegue com programas em que as famílias mais vulneráveis recebem visitas semanais de equipes assistenciais. A capacitação dos pais aumenta as chances de posterior sucesso dos mais desvalidos na educação e na vida profissional.

É triste notar, portanto, que para o Brasil isso é uma tremenda enrascada. Mesmo que venhamos a garantir esse tipo de amparo à primeira infância, seus resultados serão contrariados pela tragédia estrutural do saneamento. Por aqui, mais da metade das crianças de até cinco anos chafurda diariamente em esgotos.

Nunca será demais repetir que essa é a pior das injustiças contemporâneas, como foi explicado na coluna "Geografia da Vergonha", de 28/7. Sofrer recorrentes infecções parasitárias na primeira infância compromete a inteligência dos pimpolhos que sobrevivem. O cérebro é o órgão do corpo humano que mais consome energia: 87% no recém-nascido, 44% aos cinco anos, 34% aos dez. As infecções parasitárias desviam energia para ativar o sistema imunológico. Frequentes diarreias até os cinco anos roubam do cérebro as calorias necessárias ao seu desenvolvimento.

Em suma: o cenário só ficaria menos sombrio se o saneamento básico pudesse ser universalizado em pouco tempo.

José Eli da Veiga, professor sênior do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE/USP) e autor de "Para entender o desenvolvimento sustentável" (Editora 34, 2015). Página web: www.zeeli.pro.br